

# *Novos dados sobre o urbanismo e história da cidade de Chaves*

ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA\*\*  
FILIPE SOARES PINTO\*\*  
NÚRIA QUINTINO\*\*  
VERA TEIXEIRA\*\*

## **Resumo**

*A realização de um conjunto de sondagens arqueológicas no Largo do Arrabalde, situado no centro histórico de Chaves/Aquae Flaviae, permitiu efectuar uma leitura da evolução urbanística da cidade, desde meados do século XX até à Época Romana. Através de um conjunto de achados aí efectuados, algumas respostas foram obtidas e outras questões emergiram, com vista à percepção do seu dinamismo e do quadro evolutivo da actividade sócio-económica e cultural da urbs romana, da vila medieval, moderna e contemporânea, da actual cidade.*

*Palavras-chave: evolução urbanística; Largo do Arrabalde; Chaves/Aquae Flaviae.*

## **Abstract**

*The accomplishment of a set archaeological survey in the Largo do Arrabalde, located in the historical centre of Chaves/Aquae Flaviae, allowed to achieve a reading of the urban evolution of the city, since middle of XXth century until the Roman period.*

*Though set a findings discovered there, some answers are given, but other questions are added, hoping to the understanding its dynamism and recognizing the important picture of the social, economic and cultural development of this Roman urbs, the medieval, modern and contemporary site, and actual town.*

*Keywords: urbanistic evolution; Largo do Arrabalde; Chaves/Aquae Flaviae.*

---

\* Professor de Arqueologia; Director do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia. Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

\*\* Arqueólogo/a.

**1. Área de intervenção:** O Largo do Arrabalde situa-se numa plataforma artificial, defronte do actual Palácio da Justiça da cidade de Chaves, construído em meados do século passado, sendo que o espaço envolvente também fora objecto de algumas intervenções com a construção do referido edifício. A localização e representatividade do espaço a ser intervencionado resulta de uma amostra de cerca de 5% dos mais de 900 m<sup>2</sup> do local (fig.1).

As coordenadas geográficas para este local são:

Latitude – c. 41° 44'N;

Longitude – c. 07° 28'W;

Altitude – 355 metros;

C.M.P. – 1: 25 000, folha 34 – Chaves

Por convite da Câmara Municipal<sup>1</sup>, foram por nós aí realizadas sondagens prévias de avaliação de minimização do impacte arqueológico, com vista à possível construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

A necessidade desta intervenção resulta do facto deste sítio fazer parte do Centro Histórico de Chaves, implicando, por isso, que qualquer trabalho que envolva a remoção de terras carece de acompanhamento arqueológico; acresce ainda terem sido detectados, em sondagens arqueológicas de 2004 efectuadas nas obras de renovação de pavimentos e infra-estruturas previstas no Projecto de Requalificação Urbana de Espaços Públicos do Centro Histórico, vestígios da muralha da Restauração<sup>2</sup>.

O plano proposto para a verificação da continuidade espacial e estado de conservação desta estrutura, em conjunto com a detecção e registo de qualquer outro tipo de vestígios de índole arqueológica, incluía a realização de três sondagens. A execução dos trabalhos limitou-se, porém, a duas áreas de intervenção (Sondagens A e C) com adequações sobretudo decorrentes da complexidade da estratigrafia arqueológica, sempre com conhecimento prévio e aprovação dos representantes das instituições da tutela, IPA e IPPAR.

A sondagem A foi disposta tendo em consideração um alinhamento de muralha seiscentista encontrado em 2004, como referido, a fim de se comprovar o seu traçado e estado de conservação. A sondagem B tinha idêntico propósito, mas procurava um ponto de convergência do alinhamento lateral direito da porta Sul da cidade com o alinhamento que desce do Forte de S. Francisco, ou seja, o cunhal do meio baluarte denominado “da Vedoria”, que aí existia (fig. 1). Esta sondagem não foi aberta. Por último, a sondagem C foi implantada junto ao centro

<sup>1</sup> A solicitação foi aceite pelo facto do arqueólogo municipal, Dr. Sérgio Carneiro, se encontrar impedido, pela tutela, de dirigir trabalhos arqueológicos.

<sup>2</sup> Trabalhos levados a cabo por ETNOS, Património e Turismo Cultural, Lda.

da praça, em posição intermédia aos dois outros sectores, visando, igualmente, definir os contornos da fortificação, assim como registar e interpretar quaisquer outros elementos de interesse para a história da cidade desde a sua fundação.

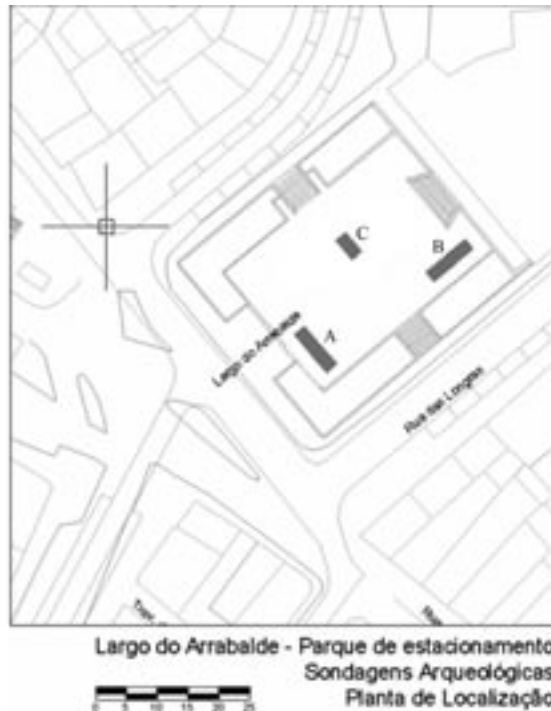


Fig. 1 – Planta de localização das sondagens arqueológicas do Largo do Arrabalde

**2. Enquadramento histórico do Largo do Arrabalde:** O Largo do Arrabalde, e a área envolvente, terá sido criado na primeira metade do século XIV, resultado da elevada afluência de população a Chaves, que obteve terras através das políticas de povoamento de Afonso III, sendo de sua iniciativa a fundação desta póvoa nova (Dias 1990, 45-46; Marques *et alii* 1990, 29 e Teixeira 1996, 123 e 210).

Desde então, até hoje, sofreu variadas metamorfoses que, até ao início dos trabalhos arqueológicos, tiveram como derradeira grande intervenção, em meados do século passado, a construção do palácio da justiça (Dionísio 1995, 420). Talvez, durante as primeiras movimentações de terras para a construção das fundações, tenham sido removidas as últimas fiadas de muralha seiscentista que, outrora, serviu de cerca a esta cidade, estando muito próxima da entrada Sul, junto à ponte de Trajano (foto 1).



(Fot. Arqto. Moreira da Silva, meados do século XX)

**Foto. 1** – Aspecto do cunhal do meio baluarte da Vedoria, após movimentações de terras, em meados do século XX.

A história recente deste local aparece-nos bastante bem documentada (Aires 2000 e Fernandes 2002), sendo possível efectuar um quadro com as alterações que foi sofrendo e que podem muito bem servir de complemento aos trabalhos arqueológicos que aí realizámos e, a partir dos quais se conseguirá obter uma visão muito mais próxima da evolução deste sítio (Anexos - Quadro 1).

Anteriormente, este largo terá sido o local em que se realizaria a feira, onde se podia ver *“um correr de barracões (...) e todo ele cercado por grades de ferro”* (Machado 2000, 346), com a entrada a corresponder a um pequeno portão, também ele de ferro (fotos 2 e 3). No mesmo recinto existiam, igualmente, algumas árvores (Fernandes 2002, 482).





(Revista Aqvae Flaviae, 2000, 85)

**Fotos 2 e 3** – Imagens de dois momentos do Largo do Arrabalde, local onde se realizava a feira.

Nenhum vestígio desta fase apareceu no registo arqueológico devido às obras do Tribunal e regularização/colocação de ladrilho – vulgarmente designada “calçada portuguesa” – que originou o revolvimento dos primeiros níveis de terras.

As datas para o estabelecimento neste espaço dos pontos de venda não são coincidentes, apesar de todas se enquadrarem no terceiro quartel do século XIX (Aires 2000, 18; Machado 2000, 345 e Fernandes 2002, 291 e 482). Todavia, mesmo não havendo uma data exacta para tal situação, parece-nos de realçar que para adequar toda a área com vista a tal desempenho tenham sido efectuadas “*obras de desaterro para tornar o espaço menos inclinado e calcetando-se o novo mercado, cujo gradeamento seria concluído em 1870*” (Fernandes 2002, 291).

Este processo terá decorrido na sequência de um conjunto de diligências junto do então designado Ministério da Guerra, que nessa mesma data deu autorização para o início do desmantelamento da muralha da Restauração (Machado 2000, 342). No caso concreto a que se propõe este texto, a área do Arrabalde, que teria entrada a Sul, como referimos, o meio baluarte da Vedoria e um pano de muralha que uniria estes dois pontos, seria alvo deste tipo de intervenção nos anos seguintes a tal autorização, registando-se o desmonte da “*primitiva porta da vila e o lanço da muralha que fechava o largo*”, bem como “*todo o antigo baluarte da Vedoria e vinha-se rectificando o seu nivelamento até à rua do Olival*” (Machado 2000, 345)<sup>3</sup>.

Nada sabemos quanto ao destino da pedra pertencente à fortificação, visto não existir registo em documentação própria<sup>4</sup>, que ateste a sua venda em hasta

<sup>3</sup> Ribeiro de Carvalho indica a demolição de todo este espaço em 1820 ou imediatamente antes, sendo o termo aplanado e nivelado (Carvalho 1929, 99), mas não indica a fonte em que baseia a sua argumentação.

<sup>4</sup> “Livros de Receita da Venda da Pedra da Muralha”, que algumas praças minhotas tinham, por exemplo.

pública, ou em actas camarárias, como temos conhecimento para o hornaveque da Madalena (Aires 2000, 35), em 1871<sup>5</sup>.

Temos, sim, um significativo conjunto de referências para reconstrução ou reparação do pano de muralha que ia/vai do Arrabalde até ao Forte de S. Francisco (Aires 2000, 44-53 e Fernandes 2002, 483-485).

Este tipo de fortificação abaluartada começou a ser construída, no seguimento da restauração da independência nacional no primeiro de Dezembro de 1640, e identificam-se algumas fases no seu desenvolvimento: A primeira terá consistido na elevação de protecções em terra em torno da vila (Carvalho 1929, 156), ou seja, talvez em torrão, por analogias com o litoral minhoto (Antunes 1996); um segundo momento corresponderia à construção do Forte de S. Francisco, entre 1644 e 1647 (Machado 2000, 213) ou então entre 1658 e 1662 (Martins 1997, 76)<sup>6</sup>. Um outro forte, de S. Neutel, que entretanto também foi erguido é dado como pronto em 1661 (Carvalho 1929, 173), enquanto que outras indicações remetem o término das obras para o intervalo entre 1664-1668 (Martins 1997, 78), sendo, por isso, elemento a merecer mais investigação, do nosso ponto de vista, portanto.

Quanto à cerca que envolveria o recinto urbano, esta terá sido iniciada em 1663 (Machado 2000, 214), não existindo indicação do final da construção.

Do nosso ponto de vista, a confirmarem-se as indicações para a construção da cerca urbana, esta teria sido efectuada num momento tardio das movimentações bélicas (1640-1668), o que num espaço de fronteira, como este e para mais ponto fulcral de defesa de um corredor de entrada natural no reino, no sentido Norte-Sul ao longo de quase 100 quilómetros, é no mínimo, estranho, mesmo num período de mingua monetária.

Continuando a recuar no tempo, a referência mais antiga ao urbanismo tardo-medieval de Chaves é-nos transmitida por dois desenhos de Duarte d'Armas, no início do século XVI<sup>7</sup>, onde se observa claramente que o Arrabalde fica extramuros em relação à cerca urbana medieval<sup>8</sup> construída na segunda metade do século XIII, mas como área de acesso privilegiado entre a ponte romana e a entrada da vila, através da Porta do Arrabalde (Marques *et alii* 1990, 29), com abundante casario e um enorme espaço de cultivo que se estendia até bem próximo das margens do Tâmega (fig. 2).

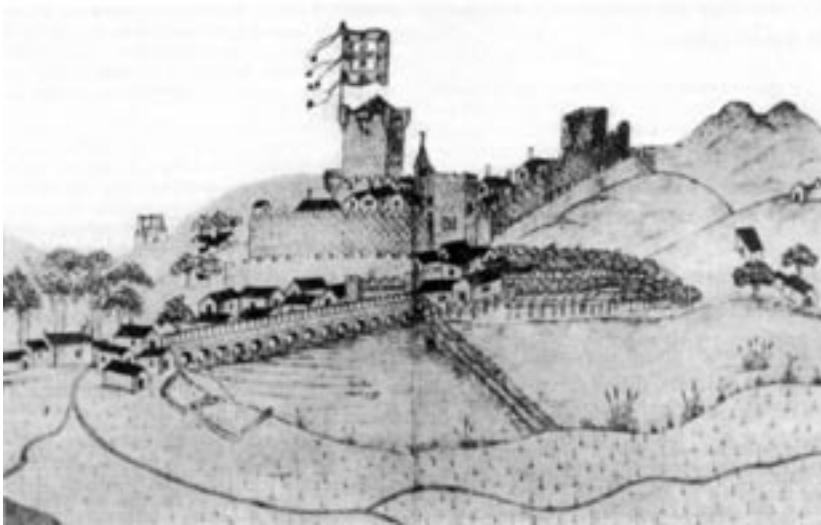
---

<sup>5</sup> Ver, igualmente, Quadro 1, em anexo.

<sup>6</sup> Este último autor admite o início da edificação do forte em 1644, não adiantando o porquê do hiato de 14 anos.

<sup>7</sup> Optámos por apresentar somente o desenho com a perspectiva de Este por ser o que abarca a área em foco deste trabalho.

<sup>8</sup> Nesta representação surge, em primeiro plano, a cerca medieval que contornaria todo o perímetro, contendo a muralha do burgo, em segundo plano.



**Fig 2** – Representação da vila de Chaves de Duarte d'Armas (f. 95 – perspectiva de Este)

Numerosos objectos arqueológicos testemunham a romanidade da fundação da cidade de Chaves, também sistematicamente presentes nos estratos referentes às sondagens por nós realizadas, desde unidades estratigráficas superiores. Mas, a detecção de estruturas associadas a materiais tão significativos como os que foram por nós referenciados nos níveis inferiores de AQFL 05 Sondagem C, talvez nunca tenha sido até agora ultrapassada por qualquer outra intervenção arqueológica, se se vier a confirmar com a escavação em área a importância do complexo termal descoberto.

Com efeito, já muito se escreveu relativamente às termas romanas de *Aquae Flaviae* sem, no entanto, ter sido detectado qualquer tipo de estruturas que indicassem, com segurança, a sua localização e, conseqüentemente, a comprovação material que deu nome a esta urbe.

Elemento que claramente exprime um modelo de romanidade (Rodríguez Colmenero 1997, 75), seria de enorme importância e contributo científico a sua descoberta para melhor compreensão do seu urbanismo.

As indicações que até hoje nos chegaram sobre tal complexo remontam à primeira metade do século XVIII (Távora 1722, f. 95 ss. e Argote 1732). Segundo estes autores, os vestígios corresponderiam a tanques e aquedutos na área que corresponde, actualmente, ao liceu Fernão de Magalhães, antigo convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição, junto à rua de Sto. António (Carneiro 1986, 20-21). Aí também são documentadas nascentes de água, aproveitadas pelas religiosas, como também acontecia noutras zonas da cidade, nomeadamente no Arrabalde, onde os frades Capuchos aproveitavam a água que aí brotava (Capela *et alii* 2006, 214).

No entanto, apesar da fragilidade destas referências, mesmo a partir de vestígios mais recentes (Carneiro 1986, 33-35), a generalidade dos autores que se debruçou sobre a história e urbanismo de *Aquae Flaviae*/Chaves tomou em linha de conta tais indicações e seguiu-as, sem aparentemente as problematizar (Carneiro 1986, 20-23; Rodríguez Colmenero 1997, 75-76; Teixeira 1996, 125-126 e Machado 2000, 56-58). Com efeito, a nosso ver, esses registos de 1942, aquando da abertura de valas para a construção do liceu, que relatam “*a cerca de 5 metros de profundidade, um aqueduto que descreveram sendo constituído por tejos (sic) quadrados com 5 cm de lado, o qual corria entre guias laterais de pedra com 20 cm de altura, tendo o aqueduto 1 metro e meio de largura e comprimento indeterminado*” (Carneiro 1986, 23), poderão ser preferentemente interpretados como conduta de esgoto, podendo utilizar elementos de construção ou de tradição romana.

Deste modo, e a partir dos trabalhos arqueológicos por nós realizados no Largo do Arrabalde, em níveis situados a seis metros de profundidade, documentámos estratos antigos, romanos, que podem muito bem conduzir-nos ao esclarecimento desta situação, através de um conjunto de características que passamos a enumerar: grandes lajes de granito bastante bem faceadas e esquadriadas, com marcas de entalhes para possível suporte de estruturas, em perfeita conexão; quantidades significativas de tijoleiras tombadas, evidenciando uma clara disposição que teria um aspecto funcional dentro do complexo, que ainda não está definido pela escassa área posta a descoberto; algumas tijoleiras assentes sobre *opus signinum* junto às lajes graníticas; pedras que perfaziam alinhamentos; e, ainda, uma nascente de água quente, formando um conjunto de testemunhos que nos permite concluir, com certeza absoluta, que se trata de um complexo termal romano.

Mais reforçará esta interpretação, o claro paralelismo com as termas romanas de *Lucus Augusti*, tanto ao nível da implantação espacial como ao nível do aproveitamento dos recursos hídricos existentes: “*Las aguas de este gran nascente son cálidas (...) por lo que no fueron precisas instalaciones especiales para la contrucción de caldaria, y por outra parte, tanto las aguas del Miño como de las abundantes surgencias acuíferas de las inmediaciones, situadas a más altura que el emplazamiento de las termas, pudieron haber suministrado líquido abundante para el funcionamiento de los frigidaria*” (Covadonga Carreño 1992, 345). Esta situação assemelhar-se-á, no que diz respeito ao aproveitamento da nascente termal, com a do templo de *Sulis Minerva*, em Bath (Cunliffe e Davenport 1985, 7) e à generalidade deste tipo de estabelecimentos, em regra, associados ao culto de divindades medicinais.

Este cenário é perfeitamente possível em Chaves, contrariando outras perspectivas (v.g., Machado 2000, 56-58), mas que é necessário esclarecer meticolosamente, buscando paralelismos na rica diversidade dos balneários romanos (Reis 2004, 53-54) e, ao mesmo tempo, identificar a sua originalidade de construção, sem esquecer a sua contextualização no âmbito urbano de *Aquae Flaviae*, do qual ainda muito pouco se sabe e que os nossos trabalhos poderão vir a ser útil contributo



desde a fundação romana do centro urbano, que se começa a perceber como de maior complexidade que a sistemática referência à sua fundação flaviana.

### 3. A Intervenção Arqueológica<sup>9</sup>

#### AQFL 05 Sondagem A

O sector intervencionado atingiu os 3,20 metros de profundidade, sem que se tenha alcançado o nível geológico, sendo de realçar a presença de estruturas pétreas, de granito, datáveis desde o final da Idade Média até ao século XX. De assinalar, em especial, parte de uma estrutura pétreia, de faces trabalhadas, de planta, aparentemente, trapezoidal, com um muro que se encontra interrompido por um nível de empedrado, levando-nos a equacionar a possibilidade da presença de um pano de muralha respeitante ao período da Restauração ou mesmo a cerca urbana de época medieval, à qual poderia estar adossada, como veremos adiante (foto 4). Pertencente a este nível, registou-se um talude em pedra de grandes dimensões, com alguma terra à mistura, que serviria de contrafortagem da muralha ou o resultado de um grande derrube.

De sublinhar que, nesta sondagem, conseguimos detectar o local de implantação da muralha da Restauração, através da parte do seu negativo<sup>10</sup>, a existência do seu enchimento e dos estratos que lhe encostavam, podendo ter servido como reparo da estrutura. Ao relacionarmos, em conjunto, este negativo, a presença de uma estrutura tardo-medieval, a atestar pela presença de um ceítil enquadável *grosso modo* entre os reinados de D. Afonso V e D. João III<sup>11</sup>, o nível de empedrado – certamente compreendendo um pano de muralha seiscentista –, e o desenho de Duarte d'Armas, poderemos pensar que, possivelmente, no Largo do Arrabalde, o traçado da fortificação seiscentista teria coincidido com o da cerca urbana, à qual possivelmente estaria adossada o compartimento da Baixa Idade Média, levando-nos a crer que estaremos perante a mesma cerca representada no “*Livro das Fortalezas*” num momento tardio, em que o espaço da liça estaria já desactivado para as movimentações de cariz militar (Mora-Figueroa 1994, 126 e Carvalho 1989, 31)<sup>12</sup>. Parece-nos, no entanto, que este ponto só irá ser devidamente esclarecido através de uma escavação em área, com registo cuidado e leitura condizente da estratigrafia arqueológica.

<sup>9</sup> Com vista a simplificar a nossa exposição, indicaremos somente os achados de maior relevância nesta primeira abordagem sobre a intervenção que levámos a cabo no Largo do Arrabalde.

<sup>10</sup> São grandes depósitos de terras que demarcam, de forma clara, uma acção de saque e aterro, em período contemporâneo, como o atestam algumas faianças e vidrados de chumbo aí encontrados.

<sup>11</sup> Devido ao avançado estado de degradação do numisma, só nos foi possível identificar o seu tipo.

<sup>12</sup> Com efeito, a perspectiva Este apresentada por Duarte d'Armas sugere que, para além da muralha medieval, também tivesse existido uma segunda cerca urbana situada mais próxima do rio.

Agradecemos ao Prof. Doutor Mário Barroca os esclarecimentos e as questões levantadas sobre esta problemática.



**Foto 4** - Imagem da estrutura tar-do-medieval e parte do empedrado.

### **AQFL 05 Sondagem C**

Relativamente a esta sondagem, o registo principal deste espaço e mais antigo, consiste num nível de grandes lajes aparelhadas (com cerca de 20 cm de espessura), em plano horizontalizado, esquadriadas com rigor e associado a significativas quantidades de tijoleira de construção, derrubadas, mas denunciando empilhamento e um bloco de *opus caementicium*, associado a uma nascente termal (fotos 5, 6 e 7). Este complexo, localizado a seis metros de profundidade da cota actual do Largo do Arrabalde, é identificável com todas as características de pertença a um edifício de banhos romano, que se encontrava em ruína. Estaremos, portanto, na linha dos achados ao longo da Península Ibérica, ou seja, termas “*de tipo minero-medicinal*” (Moltó 1992, 218).

Selando este complexo, detectou-se um piso em terra batida com 24 m<sup>2</sup>, ou seja, toda a área da sondagem, extravasando-a. Sob este foram detectadas um conjunto de unidades estratigráficas interpretáveis como sendo da Baixa Idade Média e Época Moderna, com diversificado espólio arqueológico, designadamente um considerável número de ossos de fauna, de provável lixeira e entulhamento, para além de metais e cerâmica.

Não existindo qualquer indício da presença da muralha, que passaria mais a Sul, nos níveis modernos e contemporâneos, foram detectadas diversas estruturas pétreas, indefinidas, reutilizando bastante matéria-prima, cujas limitações desta intervenção não permitiram esclarecer a sua funcionalidade (fotos 8 e 9). A estrutura que ocupa a maior parte desta sondagem apresentava, ainda, paredes na ordem dos dois metros de altura e a esta estariam adossados outros compartimentos. No entanto, ao longo dos cortes estratigráficos e a cotas relativamente similares, vários

alinhamentos seguiam em várias direcções, adivinhando uma clara ocupação do espaço na Época Contemporânea.



**Foto 5** – Aspecto das grandes lajes da estrutura termal romana. Esta perfaz a forma de um quadrado.



**Foto 6** – Em algumas lajes podem-se verificar marcas de entalhes, que serviriam para acoplar uma outra estrutura.

### **Considerações Finais**

Face aos resultados desta intervenção, somos da opinião que o volume de informação recolhida constitui, a nosso ver, talvez, a leitura estratigráfica mais representativa relativamente ao estudo do urbanismo de *Aquae Flaviae*/Chaves, que até agora foi publicada (Rodríguez Colmenero 1997, 2º vol. e Carneiro, S. 2005, 7-192), estando certos que se poderá considerar este estudo de relevante importância para a história da cidade por ter revelado estruturas emblemáticas da sua formação e do seu nome, a par de outras que permitem adicionar mais uma série de dados desde as suas origens à contemporaneidade.

O potencial arqueológico da área intervencionada é de tal maneira numeroso, diversificado e valioso, que constitui um exigente estudo, especializado e interdisciplinar, proporcionando um quadro expressivo da actividade sócio-económica e cultural da *urbs* romana, da vila medieval, moderna e contemporânea, da actual cidade de Chaves.

A detecção de estruturas de significativa importância para a compreensão da evolução do urbanismo – o espaço termal romano, um nível de empedrado com talude ou derrube que poderá corresponder à muralha de seiscentos e parte do seu negativo, um compartimento datável dos séculos XV/XVI e estruturas da Época



**Foto 7** – Pormenor do local onde brotava a água quente, jorrando pelas tijoleiras assentes em *opus caementicium*.



**Foto 8** – Parte da parede do grande compartimento, onde se pode verificar a reutilização de uma soleira e a presença de dois grandes monólitos na sua base.



**Foto 9** – Outro aspecto da mesma estrutura.

Moderna ou Contemporânea – num curto espaço de terreno, levam-nos a indicar uma abordagem cuidada e rigorosa desta área, com vista ao esclarecimento de um conjunto de questões desde há muito levantadas sobre a fundação, evolução e dinamismo deste espaço urbano, conduzindo-nos para um patamar que implica o seu conveniente estudo e reconhecimento patrimonial.

Nas circunstâncias em que os trabalhos decorrem, cumpre-nos, na qualidade de autores desta investigação, esperar, como compensação deste nosso investimento para a história de Chaves, um mínimo de resultados quantitativa e qualitativamente correspondentes a 95% da área a escavar nesse sítio, a apresentar por parte de quem foi dado prosseguir a nossa intervenção.

Porto, 30 de Outubro de 2006

## Bibliografia

- ABREU, Thomé de Távora e (1722), *Noticias geographicas e históricas da província de Trás dos Montes*, (ms.).
- AIRES, Firmino (2000), *Incursões Autárquicas*, Grupo Cultural Aquae Flaviae, Vila Real.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1732), *Memorias históricas e ecclesiásticas do Arcebispado de Braga*, Lisboa.
- CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, Rogério e MATOS, Henrique (2006), *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias paroquiais de 1758– Memórias, História e Património*, ed. autor, Braga
- CARNEIRO, Mário Gonçalves (1986), *As Caldas de Chaves*, 2ª edição, Chaves.
- CARNEIRO, Sérgio (2005), Intervenções arqueológicas de emergência no centro histórico de Chaves (1999-2000), *Revista Aquae Flaviae*, Grupo Cultural Aquae Flaviae, nº 33, Chaves, p. 7-192.
- CARVALHO, Sérgio Luís (1989), *Cidades Medievais Portuguesas – Uma introdução ao seu estudo*, Col. Perspectivas Históricas, nº2, Livros Horizonte, Lisboa.
- CARVALHO, Ribeiro de (1929), *Chaves Antiga – Monografia*, Oficina Sociedade Nacional de Tipografia, Lisboa.
- COVADONGA CARREÑO, Maria (1992), *Baños privados y termas públicas en el Lugo romano, Espacio, Tiempo y Forma*, série II, *Historia Antigua*, tomo V, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, p. 337-350.
- CUNLIFFE, Barry and DAVENPORT, Peter (1985), *The Temple of Sulis Minerva – At Bath*, Oxford University Committee for Archaeology, nº7, Oxford, vol. I.
- DIAS, Nuno José Pizarro Pinto (1990), Chaves Medieval (Séculos XIII e XIV), *Revista Aquae Flaviae*, Grupo Cultural Aquae Flaviae, nº3, Chaves, p.35-94.
- DIONÍSIO, Sant’Anna (1995), *Guia de Portugal – Trás-os-Montes e Alto-Douro*, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 5, tomo I, 3º edição.
- DUARTE D’ARMAS (2006), *O Livro das Fortalezas*, Edições Inapa, 3ª edição, Lisboa.
- FERNANDES, Mário (2002), *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal (1852-1926)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, diss. dout. policop.
- MACHADO, Júlio Montalvão (2000), *Crónica da Vila Velha de Chaves*, 2ª edição, Chaves.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria e ANDRADE, Amélia Aguiar (1990), *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, INIC, vol. 1, Lisboa.
- MARTINS, João Baptista (1997), Fortalezas do Concelho de Chaves, *Revista Aquae Flaviae*, Grupo Cultural Aquae Flaviae, nº18, Chaves, p.64-94.

- MOLTÓ, Lúcia (1992), *Tipos de aguas minero-medicinales en yacimientos aequeológicos de la península ibérica*, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Série II, *Historia Antigua*, tomo V, Madrid, pp. 211-218.
- MORA-FIGUEROA, D. Luis de (1994), *Glosario de Arquitectura Defensiva Medieval*, 2ª edição, Cádiz.
- REIS, Maria Pilar (2004), *Las termas y balnea romanos de Lusitânia*, *Studia Lusitana*, nº1, s/l.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1997), *Aquae Flaviae. II O tecido urbanístico da cidade romana*, Câmara Municipal de Chaves.
- TEIXEIRA, Ricardo Jorge C. M. A (1996), *De Aquae Flaviae a Chaves – Povoamento e Organização do Território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Porto, diss. mestrado policop.

## ANEXOS

**Quadro 1 – Aspectos da evolução urbanística do Largo do Arrabalde (Chaves) entre 1852 e 1952**

<b>Data</b>	<b>Acontecimento</b>	<b>Ref. Bibliográfica</b>
1855/1856	“Reparo e conservação da arcaria do largo do Arrabalde”	Fernandes 2002, 482
1857/1858	“Concerto na Casa do Peixe, na arcaria do Arrabalde”	Fernandes 2002, 482
1859/1860	Construção de um chafariz no largo do Arrabalde <sup>13</sup> e um tanque “a tras dos Arcos do Arrabalde, para receber as sobras da agoa do chafariz do mesmo”	Fernandes 2002, 482
26 de Março de 1861	“Deliberado que a feira dos queijos que até agora se fazia na Praça desta vila, fosse transferida para o Largo do Arrabalde”	Aires 2000, 18
1862/1863	“Tapamento de 6 arcos na arcada do Arrabalde desta villa, afim de se estabelecerem nos mesmos os cortes de carnes verdes”	Fernandes 2002, 482
1864/1865	“Plantação de 6 árvores no arrabalde da Villa” e colocação de “22 pilares de pedra em volta do chafariz do arrabalde e um degrau de pedra para melhor se colher a agoa”	Fernandes 2002, 482
1865/1866	“Construção de uma pequena casa no mercado municipal do Arrabalde, em frente do corte das carnes verdes, com o fim de estabelecer-se um represo para as ditas carnes verdes”	Fernandes 2002, 483
1867/1868	“Desaterrar as ruas em volta da praça-mercado do arrabalde”	Fernandes 2002, 483
1869/1870	“Compra de morada de casas sita no centro do Largo do Arrabalde para aformoseamento do mesmo”, bem como “Demolição de uma casa para aformoseamento do largo do arrabalde e calcetamento do mesmo”	Fernandes 2002, 483
1870	Fim da colocação do gradeamento em torno do mercado no largo do Arrabalde	Fernandes 2002, 291
1870/1871	“Para formar uma parede de resguardo sobre o baluarte que serve desde a praça mercado do Arrabalde ate ao Forte de S. Francisco e concerto do dito baluarte (...) bem como para nivelamento e terraplanagem da mesma rua”	Fernandes 2002, 483
13 de Fevereiro de 1871	Foi arrematado o conserto do pano de muralha que vai do Arrabalde até ao forte de S. Francisco	Aires 2000, 34
29 de Maio de 1871	Regista-se a ordem para a demolição de parte do hornaveque da Madalena, em frente á capela de S. Roque, com arrematação.	Aires 2000, 35

<sup>13</sup> Este chafariz foi retirado em 1883 (Fernandes 2002, 485).



27 de Agosto de 1873	Documenta-se ordem para a demolição de muralhas nas portas de S. Roque, Portas do Anjo “e pequena casamata e Postigo”	Aires 2000, 37
1876/1877	“Reedificar o muro da arcada do arrabalde pelo lado da rua que vai para as longras”	Fernandes 2002, 484-485
15 de Março de 1877	“Pedido ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra a reconstrução de dois pedaços da muralha, do Arrabalde ao Forte de S. Francisco” <sup>14</sup>	Aires 2000, 44
1878/1879	“Reedificação da muralha ou muro de suporte de aterro na rua que segue do largo do arrabalde desta villa para o de Nossa Senhora da Lapa e Forte de S. Francisco, nos diferentes pontos que desabou (...) sendo aproximadamente 300 metros quadrados de paredão com a espessura de 1,50 metros (...) e aproveitando a pedra velha”	Fernandes 2002, 485
23 de Outubro de 1878	São afixados editais para concurso de mestres pedreiros para a reparação das muralhas do Arrabalde e que ligava ao forte de S. Francisco	Aires 2000, 51
3 de Junho de 1880	“Concessão das muralhas e fossos – escritura da sua entrega pelo Ministério da Guerra, à Câmara da vila de Chaves” <sup>15</sup>	Aires 2000, 53
18 de Junho de 1896	Foi efectuada o pedido para a construção de um quiosque no Arrabalde	Aires 2000, 93
2 de Abril de 1908	“Fosso de S. Roque. Foi feita a sua terraplanagem e venda da pedra dos seus muros”	Aires 2000, 144
19 de Julho de 1951	Em consulta ao arquitecto Moreira da Silva, este indica o largo do Arrabalde como o local apropriado para a construção do Palácio da Justiça <sup>16</sup>	Aires 2000, 417

<sup>14</sup> Situação que ficou a expensas do município, em acta de 23 de Agosto de 1877, sendo ajustado um valor em 1 de Maio do ano seguinte (Aires 2000, 47 e 50).

<sup>15</sup> Esta situação tornou-se perpétua desde 12 de Março de 1886, em conjunto com os fossos, mas somente publicada como lei em 4 de Agosto de 1887 (Aires 2000, 66 e 68).

<sup>16</sup> Iniciou-se, a partir dessa data, todo o processo que levaria á construção do actual Palácio da Justiça, com projecto a cargo do arquitecto Januário Godinho; as expropriações com vista à realização desta obra ainda decorriam á data de 17 de Julho de 1952.

